

Ativo (Em R\$)	30/06/2021	Passivo + Patrimonio Liquido (Em R\$)	30/06/2021
ATIVO	279.239.575,55	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	279.239.575,55
CIRCULANTE	57.479.369,32	CIRCULANTE	129.298.745,70
CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA	3.492.404,84	FORNECEDORES	13.048.122,58
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	26.779.233,13	OBRIGACOES TRABALHISTAS	7.681.256,60
ALMOXARIFADO	901.995,03	SALARIOS E ORDENADOS	60.604,36
OUTROS VALORES A RECEBER	1.071.409,67	PROVISAO DE FERIAS	3.793.540,63
DESPESAS ANTECIPADAS	8.218.373,55	PROVISAO 13º SALARIO	1.335.743,63
TRIBUTOS A RECUPERAR	17.015.953,10	OBRIGACOES TRABALHISTAS	2.491.367,98
NAO CIRCULANTE	221.760.206,23	PROVISOES TRABALHISTAS	0,00
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	5.095.997,25	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	76.237.483,08
DEPOSITOS JUDICIAIS	5.095.997,25	IRPJ E CSLL	0,00
IMOBILIZADO	216.349.701,54	PIS E COFINS	0,00
IMOBILIZADO EM OPERACAO	216.349.701,54	RETENCOES ENCARGOS TERC	602.055,35
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	0,00	OBRIG FISCAIS MUNICIPAIS	15.754.974,25
INTANGIVEL	314.507,44	IMPOSTOS EXERCICIOS ANTERIORES	59.880.453,48
		OUTROS	31.985.038,56
		ADIANT CLIENTES	26.293.047,91
		SUBV MUNIC A APROPR	0,00
		SUBV INVEST PAC	0,00
		RECURSOS MUNIC EVENTOS	4.435.511,68
		REC DIF IPTU ISS	1.256.478,97
		OUTRAS EXIGIBILIDADES	0,00
		DEBITOS COM EMPRESAS MUNICIP	346.844,88
		NAO CIRCULANTE	192.697.429,29
		DEBITOS COM EMPRESA MUNICIP	982.727,16
		OBRIGACOES TRIBUTARIAS	66.349.253,32
		OBRIG FISCAIS MUNICIPAIS	61.282.754,55
		IRPJ E CSLL DIFERIDOS	5.066.498,77
		ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	1.693.509,06
		PROVISOES PARA CONTINGENCIAS	94.834.013,56
		PROV TRABALH	36.293.822,97
		PROV CONTING TRAB	2.926.162,97
		PROV DISSID E ENC	33.367.660,00
		PROVISOES CIVEIS	58.540.190,59
		PROVISAO P/ CONTING. FISCAIS	0,00
		RECEITA DIFERIDA ISS/IPTU	16.229.520,18
		SUB INVEST PAC	12.608.406,01
		PATRIMONIO LIQUIDO	-42.756.599,44
		CAPITAL SOCIAL	246.149.586,14
		ADTO P/ FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	126,13
		SUB INVEST A APROPR	0,00
		RESERVA DE REAVALIACAO	115.909.040,32
		PREJUIZOS ACUMULADOS	-404.815.352,03
	0,00		0,00

(Em R\$)	30/06/2021
REC VDA BENS SERV	6.460.883,92
RECEITA BRUTA	3.407.215,84
SUBVENCAO MUNICIPAL	4.005.735,00
IMPOSTOS	-863.656,92
CANC / DEV / ABAT	-88.410,00
CUSTOS DOS SERVICOS PRESTADOS	-10.799.428,35
RESULTADO BRUTO	-4.338.544,43
DESPESAS OPERACIONAIS	-7.025.836,78
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-7.483.960,68
OUTRAS REC. DESP. OPERAC. LIQUIDAS	458.123,90
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FINANC.	-11.364.381,21
RESULTADO FINANCEIRO	-2.094.487,39
RECEITAS FINANCEIRAS	142.346,04
DESPESAS FINANCEIRAS	-2.236.833,43
LUCRO (PREJUIZO) ANTES DO IRPJ E CSLL	-13.458.868,60
IRPJ E CSLL	0,00
LUCRO (PREJUIZO) LIQUIDO DO EXERCICIO	-13.458.868,60

(Em R\$)	30/06/2021
REC VDA BENS SERV	64.026.373,96
RECEITA BRUTA	32.062.435,64
SUBVENCAO MUNICIPAL	37.376.158,81
IMPOSTOS	-4.485.607,97
CANC / DEV / ABAT	-926.612,52
CUSTOS DOS SERVICOS PRESTADOS	-62.548.390,58
RESULTADO BRUTO	1.477.983,38
DESPESAS OPERACIONAIS	-38.304.215,23
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-39.014.701,74
OUTRAS REC. DESP. OPERAC. LIQUIDAS	710.486,51
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FINANC.	-36.826.231,85
RESULTADO FINANCEIRO	-9.691.799,05
RECEITAS FINANCEIRAS	871.571,07
DESPESAS FINANCEIRAS	-10.563.370,12
LUCRO (PREJUIZO) ANTES DO IRPJ E CSLL	-46.518.030,90
IRPJ E CSLL	0,00
LUCRO (PREJUIZO) LIQUIDO DO EXERCICIO	-46.518.030,90

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	36
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	38
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	40
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	41
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	43
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	8.407
Preferenciais	136
Total	8.543
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	1
Total	1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	279.240	303.494
1.01	Ativo Circulante	57.479	82.525
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.492	50.888
1.01.03	Contas a Receber	26.779	16.823
1.01.03.01	Clientes	26.779	16.823
1.01.04	Estoques	902	812
1.01.06	Tributos a Recuperar	17.016	13.086
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	17.016	13.086
1.01.07	Despesas Antecipadas	7.905	759
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.385	157
1.01.08.03	Outros	1.385	157
1.02	Ativo Não Circulante	221.761	220.969
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.096	1.247
1.02.03	Imobilizado	216.350	219.197
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	216.350	219.197
1.02.04	Intangível	315	525
1.02.04.01	Intangíveis	315	525

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	279.240	303.494
2.01	Passivo Circulante	129.298	114.517
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.681	6.656
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.000	1.765
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.681	4.891
2.01.02	Fornecedores	13.048	12.654
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	13.048	12.654
2.01.03	Obrigações Fiscais	76.237	53.023
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	654	1.979
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	75.583	51.044
2.01.05	Outras Obrigações	32.332	42.184
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	347	341
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	347	341
2.01.05.02	Outros	31.985	41.843
2.01.05.02.04	Cessões de Áreas a Realizar / Adiantos Clientes	26.293	7.499
2.01.05.02.06	Eventos a Realizar	4.436	21.061
2.01.05.02.08	Outros	0	12.027
2.01.05.02.09	Receita Diferida ISS/IPU	1.256	1.256
2.02	Passivo Não Circulante	192.698	185.364
2.02.02	Outras Obrigações	63.960	65.063
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	983	1.136
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	983	1.136
2.02.02.02	Outros	62.977	63.927
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais Municipais	61.283	62.955
2.02.02.02.06	Cessões de Áreas a Realizar	1.694	972
2.02.03	Tributos Diferidos	5.067	5.215
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.067	5.215
2.02.04	Provisões	94.834	85.199
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	94.834	85.199
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	36.294	30.052
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	58.540	55.147
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	28.837	29.887
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	16.229	16.857
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar	12.608	13.030
2.03	Patrimônio Líquido	-42.756	3.613
2.03.01	Capital Social Realizado	246.150	246.150
2.03.03	Reservas de Reavaliação	115.909	116.379
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-404.815	-358.916

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	38.995	64.026	24.541	79.217
3.01.01	Receita Bruta	10.561	32.063	16.172	68.410
3.01.02	Impostos	-1.343	-4.486	-1.875	-5.241
3.01.03	Cancelamentos, devoluções e abatimentos	-440	-927	0	-139
3.01.04	Subvenção municipal	30.217	37.376	10.244	16.187
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-31.356	-62.548	-25.207	-64.155
3.03	Resultado Bruto	7.639	1.478	-666	15.062
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-19.056	-38.304	-11.536	-32.727
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-19.721	-39.014	-11.689	-33.070
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	665	710	153	343
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-11.417	-36.826	-12.202	-17.665
3.06	Resultado Financeiro	-6.365	-9.692	-409	-558
3.06.01	Receitas Financeiras	401	871	335	950
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.766	-10.563	-744	-1.508
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-17.782	-46.518	-12.611	-18.223
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-17.782	-46.518	-12.611	-18.223
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-17.782	-46.518	-12.611	-18.223
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-2,08125	-5,44459	-1,47611	-2,13282
3.99.01.02	PNA	-2,08125	-5,44459	-1,47611	-2,13282
3.99.01.03	PNB	-2,08125	-5,44459	-1,47611	-2,13282
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-2,08125	-5,44459	-1,47611	-2,13282
3.99.02.02	PNA	-2,08125	-5,44459	-1,47611	-2,13282
3.99.02.03	PNB	-2,08125	-5,44459	-1,47611	-2,13282

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-17.782	-46.518	-12.611	-18.223
4.02	Outros Resultados Abrangentes	231	470	244	488
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	304	619	321	642
4.02.02	Tributos sobre Realização da Reserva de Reavaliação	-73	-149	-77	-154
4.03	Resultado Abrangente do Período	-17.551	-46.048	-12.367	-17.735

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-47.121	-14.871
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-33.007	-10.135
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do exercício	-46.518	-18.223
6.01.01.02	Depreciação	3.122	3.231
6.01.01.03	Amortização	210	214
6.01.01.05	Provisão para devedores duvidosos	87	-24
6.01.01.06	Provisão para contingências	9.635	3.327
6.01.01.07	Provisão para décimo terceiro salário	1.336	1.210
6.01.01.08	Provisão de férias e encargos	-388	-162
6.01.01.09	Receita diferida realizada	-628	-628
6.01.01.10	Tributos diferidos	-148	0
6.01.01.12	Realização de subvenção em imobilizado	-422	-338
6.01.01.13	Juros e variações monetárias	707	1.258
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-14.114	-4.736
6.01.02.01	Redução (aumento) das contas a receber	-10.043	6.797
6.01.02.02	Redução (aumento) dos estoques	-90	-237
6.01.02.03	Redução (aumento) dos impostos a recuperar	-3.930	-1.401
6.01.02.04	Redução (aumento) de outros ativos circulantes e não circulantes	-1.228	-879
6.01.02.05	Aumento (redução) de fornecedores	394	-1.953
6.01.02.06	Aumento (redução) de obrigações trabalhistas e sociais	77	183
6.01.02.07	Aumento (redução) de obrigações tributárias	20.854	7.948
6.01.02.08	Aumento (redução) de outros passivos circulantes e não circulantes	-17	0
6.01.02.09	Despesas antecipadas	-7.146	-5.773
6.01.02.10	Depósitos judiciais	-3.849	-73
6.01.02.11	Adiantamentos de clientes	19.516	-1.736
6.01.02.12	Recursos federais PAC	-12.027	66
6.01.02.13	Recursos municipais Eventos	-16.625	-7.672
6.01.02.14	Outros Passivos	0	-6
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-275	-846
6.02.01	Imobilizado	-275	-846
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	17
6.03.03	Recursos de minoritários	0	17
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-47.396	-15.700
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	50.888	27.230
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.492	11.530

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.150	0	0	-358.916	116.379	3.613
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.150	0	0	-358.916	116.379	3.613
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-46.518	0	-46.518
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-46.518	0	-46.518
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	619	-470	149
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	619	-619	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	149	149
5.07	Saldos Finais	246.150	0	0	-404.815	115.909	-42.756

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	216.713	29.420	0	-336.271	117.355	27.217
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	216.713	29.420	0	-336.271	117.355	27.217
5.04	Transações de Capital com os Sócios	29.437	-29.420	0	0	0	17
5.04.01	Aumentos de Capital	29.437	-29.420	0	0	0	17
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-18.223	0	-18.223
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-18.223	0	-18.223
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	642	-488	154
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	642	-642	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	154	154
5.07	Saldos Finais	246.150	0	0	-353.852	116.867	9.165

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
7.01	Receitas	69.134	84.826
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	32.062	68.411
7.01.02	Outras Receitas	37.159	16.391
7.01.02.01	Outras Receitas	710	343
7.01.02.02	Receitas Canceladas	-927	-139
7.01.02.03	Subvenções governamentais	37.376	16.187
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-87	24
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-65.814	-59.231
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-65.814	-59.231
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.320	25.595
7.04	Retenções	-3.332	-3.445
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.332	-3.445
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-12	22.150
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	872	950
7.06.02	Receitas Financeiras	872	950
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	860	23.100
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	860	23.100
7.08.01	Pessoal	28.192	30.496
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.891	12.774
7.08.01.02	Benefícios	5.649	7.154
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.164	2.164
7.08.01.04	Outros	9.488	8.404
7.08.01.04.01	Provisões (Reversões) Conting. Trabalhistas	6.242	4.356
7.08.01.04.02	Férias	1.299	1.973
7.08.01.04.03	13º Salário	1.381	1.311
7.08.01.04.04	Verbas Rescisórias	566	764
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	19.122	10.754
7.08.02.01	Federais	8.285	8.786
7.08.02.03	Municipais	10.837	1.968
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	64	73
7.08.03.02	Aluguéis	64	73
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-46.518	-18.223
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-46.518	-18.223

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da São Paulo Turismo S.A., em observância aos preceitos legais, submete à apreciação de Vs. Sas. os fatos e eventos relevantes do período de 06 (seis) meses encerrado em 30 de junho de 2021, acompanhados das Informações Financeiras Intermediárias correspondentes.

Em 27 de maio de 2021 publicamos Fato Relevante referente à Concorrência Internacional nº 001/20 em que o Poder Concedente (SÃO PAULO TURISMO S.A.), a Concessionária (SPE GL EVENTS CENTRO DE CONVENÇÕES ANHEMBI S.A.) e Interveniente-Anuente (MUNICÍPIO DE SÃO PAULO), assinaram o contrato CCN/GCO nº 014/2021, que tem por objeto a concessão onerosa de uso do Complexo Anhembi para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração, por particulares. A vigência do contrato é de 30 (trinta) anos e o valor total do contrato é de R\$ 4.265.844.898,00 (quatro bilhões duzentos e sessenta e cinco milhões oitocentos e quarenta e quatro mil e oitocentos e noventa e oito reais).

Os autos do respectivo processo licitatório encontram-se com vistas franqueadas no endereço <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, Processo SEI! Nº 7210.2020/0000956-3.

Com a concessão do Complexo Anhembi para a empresa francês GL Eventos, acreditamos que os espaços serão ampliados e modernizados, fortalecendo a capital paulista e a SPTURIS no segmento de eventos e conferências internacionais e a promoção do crescimento do turismo na cidade.

Enfrentamento da pandemia

A Companhia tem sido significativamente afetada com a restrição total dos eventos e a drástica redução de atividades turísticas na cidade. No entanto, a Companhia está empenhada em ações humanitárias contra a Covid-19.

O projeto chamado “Vidas no Centro” é uma ação para fazer face as adversidades causadas pela pandemia. Fornecemos a produção e a infraestrutura para estas ações, que oferecem condições básicas para pessoas em situação social de vulnerabilidade, tais como higiene pessoal, com toiettes, banhos e lavanderias. Durante o último ano foram feitos mais de 1,5 milhões de atendimentos nas cinco estações na cidade.

Também operamos o suporte para infraestrutura de vacinação em “drive-thru”, no Anhembi e em outros 18 locais na cidade. Até o mês de maio/2021, mais de

Comentário do Desempenho



730 mil idosos receberam doses nestes locais. Adicionalmente, estes locais serviram como estações de recebimento de doações de alimentos. Em 10 dias do mês de abril foram entregues cerca de 15 toneladas de produtos a famílias em situação de insegurança alimentar.

O Pavilhão de Exposições do Anhembi é um dos pontos de recebimento e armazenamento de cestas básicas doadas por empresas e associações que participam do Programa Alimento Solidário. A ação é promovida pelo Governo do Estado de São Paulo por meio do Fundo Social de São Paulo – FUSP.

Empresa Estatal dependente

A Companhia está incluída nas leis orçamentárias anuais da Prefeitura do Município de São Paulo.

Assim, a Companhia, para a execução orçamentária e financeira para o exercício de 2021 deverá se enquadrar nos limites de gastos estipulados na Lei Orçamentária Anual nº 17.544/2020 (LOA).

Governança Corporativa

A Companhia informa aos investidores as práticas que adota em relação aos padrões de governança corporativa em modelo de divulgação determinado pela CVM e no Informe do Código de Governança da Companhia, em atendimento à Instrução CVM nº 586/17.

Desempenho

A receita com a prestação de serviços públicos concentra-se no planejamento, organização e administração de eventos para a Prefeitura do Município de São Paulo.

O quadro abaixo mostra o faturamento de serviços prestados e locações até 30 de junho de 2021 comparado a 2020, em R\$ mil.

Em mil	Em mil		Em mil	
	Regime Competência	jun-21		jun-20
	(+) EVENTOS / PMSP	30.924	62.177	-50%
	(+) ANHEMBI:	1.139	6.233	-82%
	Pavilhão de Exposições	55	553	-90%

Comentário do Desempenho

Palácio / Elis Regina	30	1.789	-98%
Sambódromo	189	1.398	-87%
Estacionamentos/ Telecom	29	1.136	-97%
Outras Locações	836	1.357	-38%
(=) RECEITA OPERACIONAL *	32.063	68.410	-53%
(+) SUBVENÇÕES	37.376	16.187	131%
(=) TOTAL RECEITA	69.439	84.597	-18%
* Público	98%	91%	
* Privado	2%	9%	

Variações relevantes:

- a) A redução em 53% na Receita Operacional decorreu dos impactos da pandemia do COVID-19, em especial a não realização do Evento Carnaval em 2021 e Locações dos Espaços do Complexo Anhembi;
- b) O aumento em 131% em Subvenções foi aprovado na LOA 21 (LEI Nº 17.544, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020) e suplementado no semestre em razão da parcial necessidade de recursos do Tesouro para o custeio de suas despesas, tornando mais transparente à sociedade o quanto é despendido pela municipalidade na manutenção dos serviços públicos prestados.

O quadro abaixo mostra o fluxo de caixa até junho, comparativo de 2021 e 2020 (em R\$ Mil).

Descrição	Anual / Acumulado		Variação
	jun/21	jun/20	
1. TOTAL ENTRADAS	60.794	99.593	-39%
1.1 Anhembi	21.599	6.783	218%
1.2 Eventos / PMSP	16.209	76.623	-79%
1.5 Subvenções	22.986	16.187	42%
2. TOTAL SAÍDAS	108.160	115.301	-6%

Comentário do Desempenho



2.1 Pessoal	23.310	26.718	-13%
2.2 Serviços Públicos	2.307	3.434	-33%
2.3 Tributos/ Parcelamento	6.923	2.775	149%
2.4 Fornecedores/ Outras	75.620	82.374	-8%
RESULTADO	(47.366)	(15.708)	202%

a) A redução em 79% nas entradas 1.2 Eventos / PMSP é devido aos impactos da pandemia do COVID-19, em especial a não realização em 2021 do Evento Carnaval e Aniversário da Cidade de São Paulo;

c) O aumento em 149% das saídas com Tributos / Parcelamentos foi reflexo do pagamento em janeiro /21 do IRPJ e CSSLL sobre resultado fiscal de 2020.

Relacionamento com os auditores

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de março de 2003 e ao Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02/2003 de 20 de março de 2003, informamos que, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e o período compreendido entre 01 de janeiro e 30 de junho de 2021, os Auditores Independentes, Berkan Auditores Independentes S.S, prestaram à Companhia exclusivamente os serviços de auditoria para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Relações com os Investidores

A Companhia disponibiliza informações aos acionistas por meio de seu site corporativo <http://www.spturis.com/v7/investidores.php>, boletins eletrônicos e relatórios trimestrais, bem como por meio de seu departamento de Relações com Investidores (telefone: 11-2226-0670, e-mail: rodrigokluska@spturis.com).

Considerações finais

A Administração da Companhia continua atenta às condições atuais desfavoráveis por conta do coronavírus, e não deixará de empenhar todos os seus esforços para colaborar na superação desta crise, na busca da redução dos efeitos, dos riscos e incertezas.

Agradecimentos

Comentário do Desempenho



Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo alinhamento, empenho e talento, e aos nossos clientes e acionistas, pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 10 de agosto de 2021.

A Administração

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A São Paulo Turismo S.A (“Companhia” ou “SPTURIS”), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer.

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo que os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais Classe A e AHEB6 para ações preferenciais Classe B. A acionista majoritária é a Prefeitura do Município de São Paulo.

1.1. Empresa Estatal dependente

A Companhia vem sendo incluída nas leis orçamentárias anuais da Prefeitura do Município de São Paulo.

Assim a Companhia, para a execução orçamentária e financeira para o exercício de 2021 deverá se enquadrar nos limites de gastos estipulados na Lei Orçamentária Anual nº 17.544/2020 (LOA).

1.2. Reorganização da administração pública municipal

Em 30/07/2020 foi publicada a Lei Municipal nº 17.433, de 29 de julho de 2020, decorrente do Projeto de Lei nº 749/2019, apresentado pelo Poder Executivo Municipal que dispõe sobre a reorganização da administração pública municipal indireta, a criação e extinção de entidades e a criação, transferência, alteração e extinção de cargos de provimento efetivo.

Esta lei também dispõe sobre a autorização para a dissolução, liquidação e extinção da São Paulo Turismo S/A, sem prejuízo da autorização para a alienação da participação societária prevista na Lei nº 16.766, de 20 de dezembro de 2017, transferindo à Prefeitura do Município de São Paulo a totalidade dos ativos, tangíveis e intangíveis, e dos passivos.

Esclarecemos que a SPTURIS não possui qualquer gerência ou poder de condução no processo legislativo municipal.

A previsão relativa à SPTURIS está especificamente contida nos artigos 60 a 62 da Lei Municipal nº 17.433/20, não tendo caráter auto executório, tampouco obrigatório. Vale dizer, não implica qualquer conduta direcionada à dissolução, liquidação e extinção da STURIS, sem que haja o prévio procedimento necessário para tanto, bem

Notas Explicativas



como eventual decisão formal pela acionista controladora da SPTURIS e de seus órgãos diretivos.

A única indicação acerca de possíveis mudanças na Companhia diz respeito à concessão onerosa de uso do Parque Anhembi. Não há qualquer indicação por parte dos acionistas de autorização para início de eventual procedimento para dissolução, liquidação ou extinção desta Companhia

1.3. Concessão onerosa de uso do Complexo Anhembi

Em 27 de maio de 2021 publicamos Fato Relevante referente à Concorrência Internacional nº 001/20 em que o Poder Concedente (São Paulo Turismo S.A.), a Concessionária (SPE GI Events Centro de Convenções Anhembi S.A.) e Interveniante-Anuente (Município de São Paulo), assinaram o contrato CCN/GCO nº 014/2021, que tem por objeto a concessão onerosa de uso do Complexo Anhembi para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração, por particulares. O valor total do contrato é de R\$ 4.265.844 mil, que corresponde ao valor dos investimentos estimados para execução das obrigações do contrato, cumulado com o valor da outorga fixa, da outorga recorrente, dos custos e despesas estimados, durante todo o prazo de 30 anos da Concessão.

Até 30/06/2021, a empresa vencedora da licitação efetuou depósitos no valor total de R\$ 17.914 mil, a título de adiantamento de 4/12 do valor da outorga fixa de R\$ 53.740 mil.

A outorga recorrente, a ser paga ao longo de todo o prazo da Concessão, consiste no somatório da outorga territorial e outorga variável. A outorga territorial é calculada com base em 5,7% do valor venal de 36.919,95 m² das áreas municipais (conhecidas como “negas”) situadas nos alinhamentos das avenidas em torno do Complexo Anhembi, e deve ser paga em favor do Município de São Paulo. A outorga variável, tem como base a aferição do percentual de 12,5% sobre a receita total anual da Concessionária, ou um valor mínimo anual de R\$ 10.000 mil, e deve ser paga à SPTURIS.

A “DATA DA ORDEM DE INÍCIO” é a data a partir da qual a Concessionária iniciará a execução do objeto, sendo que a partir de então serão reconhecidos ativos, passivos, receitas, custos e despesas da execução da Concessão.

A transferência da gestão operacional terá duração de 30 dias contados a partir da data da ordem de início, ainda não assinada, período em que a Concessionária deverá concluir as seguintes atividades:

- a) sub-rogar os contratos de eventos celebrados com particulares;
- b) sub-rogar os contratos operacionais celebrados com particulares;

Notas Explicativas



c) receber os currículos de colaboradores da SPTURIS, e, no prazo de 60 dias após a data da ordem de início, enviar resposta aos colaboradores cujos currículos foram recebidos e analisados para a finalidade de contratação.

Por sua vez, a SPTURIS assumirá o compromisso de:

a) realizar a desmobilização e a destinação final de bens e equipamentos não relacionados à execução da Concessão;

b) fornecer lista atualizada dos contratos a serem sub-rogados

c) fornecer os currículos dos seus colaboradores a serem avaliados pela Concessionária.

Durante o período de transferência da gestão operacional, ambas as partes terão acesso às estruturas do COMPLEXO ANHEMBI.

A Concessionária deverá observar todas as determinações legais quanto a legislação tributária e trabalhista relacionadas à execução do objeto, publicar suas demonstrações financeiras nos termos que prevê a legislação societária, e obedecer aos padrões e às boas práticas de governança corporativa.

A SPTURIS terá direito ao uso do Sambódromo até 68 dias por ano para realizar o Carnaval e mais 7 dias para outros eventos.

A execução das obras deverá ser concluída em 48 meses e terão as seguintes diretrizes:

- a) Preservar a vocação do COMPLEXO ANHEMBI como espaço de convenções, exposições e eventos;
- b) COMPLEXO ANHEMBI apto a receber megaeventos internacionais;
- c) Espaço de convenções e exposições com área locável mínima de 24.000m² e capacidade para 12.000 pessoas;
- d) Espaço de exposições no mínimo com 74.700m²;
- e) Adequação e modernização do Polo Cultural e Esportivo Grande Otelo – SAMBÓDROMO

Decorrido o prazo da Concessão, extinguirão as relações contratuais, sendo a Concessionária responsável pelo encerramento de quaisquer contratos com terceiros, assumindo todos os ônus daí resultantes. Até dois anos antes do término do contrato, deverá ser estabelecido programa de desmobilização operacional para a assunção da operação pelo Poder Concedente, ou terceiro autorizado.

Os autos do respectivo processo licitatório foram disponibilizados aos interessados no site de consulta a processos da Prefeitura do Município de São Paulo, Processo SEI! Nº 7210.2020/0000956-3.

1.4. Efeitos do COVID-19 “Coronavírus” nas Informações Financeiras Intermediárias

Notas Explicativas



A saúde financeira da Companhia sofreu os impactos decorrentes da pandemia em razão das medidas de distanciamento social, as quais afetaram diretamente o setor de eventos e turismo. Cancelamentos e adiamentos, impactaram fortemente as receitas de eventos no Complexo Anhembi, e também as receitas de eventos para a população da capital, provenientes da Prefeitura do Município de São Paulo.

As seguintes medidas administrativas mais relevantes foram tomadas:

- Adoção de regime excepcional de teletrabalho (*home office*) para alguns dos colaboradores, priorizando-se aqueles que se encaixam no grupo de risco, gestantes e lactantes;
- Antecipação compulsória do período de férias de alguns dos colaboradores;
- Flexibilização da jornada de trabalho dos colaboradores que utilizam transporte público, evitando-se os horários de pico;
- Reuniões por vídeo ou teleconferência;

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil - CPC 21 (R1) "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 – "Interim Financial Reporting", aplicáveis à elaboração das informações intermediárias e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais – ITR.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis estão sendo apresentadas de forma consistente às práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 conforme nota explicativa nº 3. Por isso, essas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis do exercício findo de 31 de dezembro de 2020.

Em 1º de janeiro de 2021, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A

Notas Explicativas



Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não identificou efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Bens numerário	30	30
Conta movimento	910	35
Aplicações financeiras	2.552	50.823
	3.492	50.888

As aplicações financeiras estão concentradas em renda fixa com remuneração média de 98% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata sem risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Clientes no País	3.857	3.321
Partes relacionadas (Prefeitura do Município de São Paulo)	26.635	17.128
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(3.713)	(3.626)
	26.779	16.823

b) O *aging list* do contas a receber de clientes, classificadas no ativo circulante, está demonstrada como segue:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
A vencer	8.741	14.915
Vencidos:	21.751	5.534
Vencidos até 30 dias	-	148
Vencidos de 61 dias até 90 dias	64	75
Vencidos de 91 dias até 180 dias	17.044	963
Vencidos há mais de 180 dias	4.643	4.348
Total	30.492	20.449

O valor da provisão de perda de crédito estimada é baseado na análise da Administração sobre perdas esperadas nos créditos a vencer e vencidos.

c) A movimentação da provisão de perda de crédito estimada está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo no início do período	3.626	4.703

Notas Explicativas



Aumento da provisão	87	67
Reversão de provisão	-	(1.144)
Saldos no final do período	3.713	3.626

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IRPJ a compensar (a)	7.547	4.316
CSLL a compensar (a)	1.285	9
COFINS a compensar	1.321	-
PIS a compensar	287	-
INSS a compensar (b)	6.576	8.761
	17.016	13.086

(a) IRPJ e CSLL a Compensar é constituído pela retenção de IRRF e CSRF sob as notas fiscais e ao saldo negativo apurado no exercício de 2020.

(b) O INSS a Compensar diz respeito ao INSS retido nas notas fiscais sob serviços prestados.

7. DESPESAS ANTECIPADAS E OUTROS VALORES A RECEBER

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IPTU 2021 a apropriar	5.345	-
PIS e COFINS Receitas de cessões a realizar	903	759
PIS e COFINS Concessão Complexo Anhembi	1.657	-
	7.905	759

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Composição do immobilizado e intangível:

	Taxas anuais depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Perdas por desvalorização	Líquido 30/06/2021	Líquido 31/12/2020
Terrenos	-	121.122	-	-	121.122	121.122
Edifícios e benfeitorias	2% a 10%	136.971	(53.391)	-	83.580	85.595
Túnel de serviços	4,17%	4.288	(2.622)	-	1.666	1.756
Estacionamento	4% a 20%	11.419	(5.763)	-	5.656	5.865
Ruas, praças e jardins	3,03 a 25%	3.009	(1.810)	-	1.199	1.261
Instalações	10%	16.652	(13.677)	(205)	2.770	3.211
Máquinas e equipamentos	10% e 20%	7.422	(7.214)	(40)	168	174
Veículos	20%	1.244	(1.244)	-	-	-
Móveis e utensílios	10% e 20%	5.340	(5.164)	(16)	160	182
Outros ativos fixos	10% e 20%	511	(481)	(1)	29	31
Total immobilizado		307.978	(91.366)	(262)	216.350	219.197
Programas e sistemas	20%	2.265	(1.952)	-	313	522

Notas Explicativas



Marcas e patentes	10%	103	(101)	-	2	3
Total intangível		2.368	(2.053)	-	315	525
Total imobilizado e intangível		310.346	(93.419)	(262)	216.665	219.722

b) A movimentação do imobilizado e intangível está demonstrada a seguir:

Contas	31/12/2020	Adições	Depreciação	30/06/2021
Terrenos	121.122	-	-	121.122
Edifícios e Benfeitorias	85.595	229	(2.244)	83.580
Túnel de Serviços	1.756	-	(90)	1.666
Estacionamento	5.865	-	(209)	5.656
Ruas Praças e Jardins	1.261	-	(62)	1.199
Instalações	3.211	21	(462)	2.770
Máquinas e equipamentos	174	20	(26)	168
Móveis e Utensílios	182	5	(27)	160
Outros ativos fixos	31	-	(2)	29
Total Imobilizado	219.197	275	(3.122)	216.350
Programas e Sistemas	522	-	(209)	313
Marcas e Patentes	3	-	(1)	2
Total Intangível	525	-	(210)	315
Imobilizado e Intangível	219.722	275	(3.332)	216.665

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor. Com base em laudo preparado por especialista independente, na data base de 31 de dezembro de 2020, houve perda relacionada à redução ao valor recuperável no montante de R\$ 262 para instalações, máquinas, equipamentos, móveis e utensílios.

9. FORNECEDORES

	30/06/2021	31/12/2020
A vencer	6.132	7.926
<i>Vencidos:</i>		
Vencidos até 30 dias	(a) 387	806
Vencidos de 31 dias até 60 dias	(b) 2.545	761
Vencidos de 61 dias até 90 dias	(b) 345	2
Vencidos de 91 dias até 180 dias	(b) 138	209
Vencidos há mais de 180 dias	(c) 3.501	2.950
Total	13.048	12.654

(a) Os valores vencidos até 30 dias são, em sua maior parte, decorrentes de procedimentos administrativos em observância da Lei das Licitações, pela qual o pagamento ao fornecedor depende, dentre outros requisitos, de sua regular situação perante o fisco.

(b) Os valores vencidos de 31 a 180 dias, são fornecedores em atraso que decorrem de questões referentes a prestação dos serviços e são direcionados a processos

Notas Explicativas



administrativos ou à via judicial. Estes casos, em que a Companhia entende que os atrasos estão justificados, também não lhes reconhece quaisquer juros passivos.

(c) Os valores vencidos há mais de 180 dias decorrem de pendências geradas na execução dos contratos que estão sendo discutidas judicialmente.

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Rescisões	1	2
FGTS	223	-
INSS empresa	1.777	1.765
INSS retido	185	172
13º Salário	1.336	-
Férias e encargos	3.793	4.182
IRRF	305	535
Consignações em folha	61	-
	<u>7.681</u>	<u>6.656</u>

11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

		<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante			
Prefeitura do Município de São Paulo (IPTU/ISS)	(b)	70.839	46.352
Parcelamento IPTU/ISS	(a)	4.744	4.692
Impostos a recolher:			
COFINS a recolher		-	954
PIS a recolher		-	204
Impostos retidos		654	821
		<u>76.237</u>	<u>53.023</u>
Não circulante			
IPTU / ISS e respectivos parcelamentos	(a)	61.283	62.955
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação		5.067	5.215
		<u>66.350</u>	<u>68.170</u>
Total circulante e não circulante		<u>142.588</u>	<u>121.193</u>

(a) Em 23/06/2006, a empresa aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações tributárias foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações se dividem em dois tributos (IPTU e ISS), com data focal distinta, sendo o IPTU desde 1991 e o ISS desde 1997.

O benefício da redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora da adesão ao PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, relativos a tributos municipais de 1991 a 2004, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, reduzidos na forma

Notas Explicativas



da legislação pertinente, caso haja inadimplência por mais de 60 dias (art. 9º, § 1º e 2º). Assim, segundo dispõem os artigos 117 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) e artigo 125 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) os atos ou negócios jurídicos, reputam-se perfeitos e acabados, quando a condição for suspensiva, desde o momento do seu implemento.

- (b) A Companhia recebeu notificações adicionais de cobrança de IPTU referentes aos anos de 2014 a 2020, em razão de vistoria efetuada no imóvel da sede em junho de 2019. Em 11/02/2020 impugnamos administrativamente os lançamentos para a quadra 283, processo SEI Nº 6017.2020/0007572-6, e quadra 284, processo SEI nº 6017.2020/0007548-3. Em 15/06/2020 a decisão foi desfavorável sob o argumento da legitimidade do lançamento do crédito tributário mediante a fiscalização in loco, quando foram constatadas divergências na situação fática e plantas apresentadas, comparadas aos dados constantes do Cadastro Imobiliário Fiscal. Em 23/10/2020 foi publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo a manutenção das decisões para os recursos apresentados nos processos SEI 6017.2020/0033963-4 e 6017.2020/0033971-5. O montante atualizado é de R\$ 59.881 mil

12. EVENTOS A REALIZAR

		<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Carnaval (repasses)	(a)	4.436	406
Réveillon na Paulista		-	2.949
Eventos diversos contrato SMTUR 017/2019		-	17.706
		4.436	21.061

- (a) Conforme contrato 019/2020 SMTUR assinado entre a São Paulo Turismo S/A e a Prefeitura do Município de São Paulo em 11/11/2020, previa-se a realização do Carnaval 2021 o qual foi suspenso e adiado com nova previsão, e os valores a receber e a pagar constam registrados tanto nesta nota explicativa, quanto os valores a receber na nota explicativa nº 5.

A movimentação de eventos a realizar está demonstrada a seguir:

Contrato	Saldo em 31/12/2020	Recursos faturados	Eventos realizados/ cancelados	Saldo em 30/06/2021
Carnaval 2020/2021	406	4.059	(29)	4.436
Réveillon na Paulista	2.949	-	(2.949)	-
SMTUR 021/2020 Eventos diversos	17.706	-	(17.706)	-
	21.061	4.059	(20.684)	4.436

Notas Explicativas**13. EMPRESAS MUNICIPAIS – ACORDO PMSP/INSS**

Saldo remanescente de parcelamento feito em 2003, para pagamento de INSS, sustentada pela SPTRANS, sendo:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo circulante	347	341
Passivo não circulante	983	1.136
Total	1.330	1.477

14. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Cessões de áreas a realizar		
Pavilhão de Exposições	3.460	2.874
Palácio das Convenções	3.090	3.063
Auditório Elis Regina	283	246
Polo Cultural	1.237	1.055
Total de cessões de áreas a realizar	8.070	7.238
Adiantamentos da Concessão Anhembi (Nota 1.3)	17.914	-
Adiantamentos de clientes	309	261
	26.293	7.499
Não circulante		
Cessões de áreas a realizar - Pavilhão de Exposições	170	36
Cessões de áreas a realizar - Palácio das Convenções	1.255	710
Cessões de áreas a realizar - Auditório Elis Regina	104	68
Cessões de áreas a realizar - Polo Cultural	165	158
	1.694	972
Total circulante e não circulante	27.987	8.471

A movimentação de adiantamentos para cessões de áreas a realizar está demonstrada a seguir:

	<u>Pavilhão</u>	<u>Palácio</u>	<u>Elis</u>	<u>Polo</u>	<u>Total</u>
Circulante					
Saldo em 31/12/2020	2.874	3.063	246	1.055	7.238
Contratos firmados	605	57	37	327	1.026
Transferências do longo prazo	36	-	-	-	36
Cessões realizadas	(55)	(30)	-	(145)	(230)
Saldo em 30/06/2021	3.460	3.090	283	1.237	8.070

Notas Explicativas

Não circulante					
Saldo em 31/12/2020	36	710	68	158	972
Contratos firmados	170	545	36	7	757
Transferências para o curto prazo	(36)	-	-	-	(36)
Saldo em 30/06/2021	170	1.255	104	165	1.694

15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento nº 25, deliberação CVM nº 594/09, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).

(a) Provisões constituídas:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cíveis	58.540	55.147
Trabalhistas	2.926	2.771
Provisão para dissídios e encargos	33.368	27.281
Total	94.834	85.199

Cíveis – A ação mais relevante, no montante provisionado de R\$ 53.293 trata-se de ação de cobrança movida contra a SPTURIS, por via da qual são cobrados os valores dos contratos de prestação de serviços de transporte (a SPTrans transportava os integrantes das escolas de samba das suas sedes até o local do desfile) dos Carnavais de 1984, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1993 e 1997.

O pedido foi julgado procedente em 1ª instância, sendo a decisão ratificada pelo TJ/SP.

No STJ, o Recurso Especial da Companhia foi julgado prejudicado, pois a Ministra Relatora deu provimento ao recurso da Municipalidade de SP para permitir seu ingresso no feito e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de serem reanalisados os honorários sucumbenciais.

Concomitantemente, a SPTrans ingressou com incidente de cumprimento provisório de sentença com relação ao crédito principal. O incidente se encontra, no momento, suspenso por convenção das partes.

Desde setembro do ano de 2019, a SPTURIS tem diligenciado junto às Secretarias Municipais pertinentes e junto à SPTrans no sentido de que seja celebrada uma composição para quitação do saldo devedor.

Trabalhistas – A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. A Administração, com o auxílio

Notas Explicativas



de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

Provisão para dissídio e encargos – Referem-se aos dissídios de acordos coletivos de trabalho, para aumento nos salários, vales alimentação e refeição e piso salarial.

ACT	Percentual	Valor
2016/2017	8,00%	19.706
2017/2018	2,00%	3.796
2018/2019	4,00%	5.554
2019/2020	3,05%	2.683
2020/2021	5,42%	1.629
		<u>33.368</u>

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Dissídios
Saldo no início do período 31/12/2020	55.147	2.771	27.281
Atualização dissídio e encargos	-	-	6.087
Alterações nos processos existentes	3.393	155	-
Saldos no final do período 30/06/2021	58.540	2.926	33.368

(b) Passivos contingentes não provisionados

Tipo de Ação	30/06/2021	31/12/2020
Ações Cíveis	1.522	1.434
Trabalhistas	2.073	1.298
	2.980	2.732

Estas ações de natureza cível e trabalhista até a presente data não foram objeto de decisão em grau de recurso, e implicam risco potencial no médio prazo, considerando as matérias discutidas e os precedentes das cortes superiores pertinentes.

No atinente às ações cíveis, a maior parte das provisões está relacionada a três processos judiciais. Já no tocante às ações trabalhistas, o saldo contingenciado é objeto de diversos processos judiciais.

A Companhia tem como depósitos judiciais, em 30/06/2021, o montante de R\$ 5.096 (R\$ 1.247 em 31 de dezembro de 2020).

16. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS (PAC)

Notas Explicativas



Em 01/08/2013 foi acordado com o Ministério do Turismo o Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013, com base na Lei 11.578/2007 (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), pelo qual a Companhia executaria reformas e melhorias no complexo Anhembi mediante a transferência de recursos financeiros da União. Os investimentos realizados no imobilizado foram de R\$ 15.580. Este valor aplicado em obras, líquido da depreciação, resulta em R\$ 12.608, e está refletido em receita diferida no passivo, que será realizado na proporção da realização do ativo imobilizado.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais Classe A	Ações Preferenciais Classe B	Total	Capital social 30/06/2021
Saldos em 30/06/2021	8.407.877	45.022	90.995	8.543.894	246.150

A empresa contava com 3.701 acionistas em 30/06/2021. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais Classe A e AHEB6 para ações preferenciais Classe B.

b) Reserva de reavaliação

Movimentação da reserva de reavaliação e tributos	Reserva	Tributos	Total
Saldo em 31/12/2020	121.595	(5.216)	116.379
Realização da reserva de reavaliação	(619)	-	(619)
Realização de tributos sobre a reserva de reavaliação	-	149	149
Saldo em 30/06/2021	120.976	(5.067)	115.909

18. APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

A DRE publicada atende às disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 47, aprovado pela Resolução CFC – NBC TG 47, aprovado pela Deliberação CVM - 762/16, a qual determina que as quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre o valor adicionado não devem ser computadas como receita na divulgação da referida demonstração. A norma tributária (artigo 208 do Regulamento do Imposto de Renda - Decreto 9.580/18) determina que a Receita Líquida representa o montante da Receita Bruta, deduzido das vendas canceladas, dos descontos concedidos incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre vendas. Assim, perante a referida

Notas Explicativas



legislação, a parte inicial da DRE publicada deveria ser apresentada da seguinte forma:

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Receita bruta		
Eventos	30.924	62.177
Pavilhão	55	553
Palácio / Elis Regina	30	1.789
Polo Cultural	189	1.398
Outras Locações	665	1.227
Estacionamento	19	822
Telecom	10	314
Autódromo de Interlagos	171	130
Subvenções	<u>37.376</u>	<u>16.187</u>
	69.439	84.597
Impostos (PIS, COFINS, ISS)	(4.486)	(5.241)
Outras deduções da receita	<u>(927)</u>	<u>(139)</u>
Receita líquida	64.026	79.217

As receitas com eventos decorrem de contratos com a Prefeitura, sendo que as atividades com maior participação nestas receitas foram a reabertura de parques públicos e as Ações Vidas no Centro.

19. CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

19.1 Custos das atividades operacionais

Os custos se constituíram da seguinte forma:

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Serviços Prestados	(a) 43.925	44.992
Equipamentos	214	532
Utilidades e Serviços	2.044	2.939
Mão de Obra Direta	4.813	7.662
IPTU	9.241	5.615
Depreciação	<u>2.311</u>	<u>2.415</u>
	62.548	64.155

- a) Todos os custos do item “serviços prestados” foram com eventos demandados pela Prefeitura de São Paulo. Os quatro maiores fornecedores respondem por 82% dos custos, sendo um fornecedor de apoio operacional, 46%, um fornecedor de segurança, 12%, e dois fornecedores de infraestrutura, 24%. Alguns destes custos não estão cobertos por contratos de receitas formalizados junto à Prefeitura, da qual se procederá a cobrança por indenização.

Notas Explicativas



19.2 Despesas administrativas

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

	30/06/2021	30/06/2020
Remunerações, encargos sociais e benefícios	20.366	21.870
Utilidades e serviços	303	299
Honorários	414	396
Manutenções e locações	1.376	784
Despesas gerais	5.928	5.321
Propaganda e publicidade	150	110
Tributos, taxas e contribuições	429	609
Depreciações e amortizações	326	378
Provisões e reversões de provisões	9.722	3.303
	39.014	33.070

Referem-se a gastos aplicados nas atividades operacionais da empresa.

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	30/06/2021	30/06/2020
Realização de receitas diferidas de benefícios de adesão a parcelamentos tributários	672	636
Atualização de passivos tributários	(6.830)	(1.317)
Receitas de aplicações financeiras	148	283
Multas aplicadas	52	25
Multas Tributárias	(1.199)	-
Variações Monetárias Ativas e Passivas	(2.430)	-
Outras receitas e despesas financeiras	(105)	(185)
	(9.692)	(558)

21. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 – Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais. Os principais segmentos de negócios são divididos em:

Notas Explicativas

- setor público, no qual são desenvolvidas as atividades de promoção e exploração do turismo e atividades afins, de acordo com as políticas formuladas pela Prefeitura do Município de São Paulo, e;

- setor privado, onde é explorada a cessão de áreas internas para realização de eventos de qualquer espécie.

Na tabela a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 30/06/2021 e 30/06/2020.

Saldos em 30/06/2021

	Público	Privado	Total
Receita Bruta	30.924	1.139	32.063
Subvenções	37.376	-	37.376
Receita bruta	68.300	1.139	69.439
Impostos (PIS, COFINS, ISS)	(3.162)	(1.324)	(4.486)
Outras deduções da receita	(373)	(554)	(927)
Receita líquida	64.765	(739)	64.026
Custos	(47.888)	(14.660)	(62.548)
Resultado bruto	16.877	(15.399)	1.478
Despesas administrativas			(39.014)
Outras receitas operacionais			710
Resultado financeiro			(9.692)
Prejuízo líquido			(46.518)

Saldos em 30/06/2020

	Público	Privado	Total
Receita Bruta	62.177	6.233	68.410
Subvenções	16.187	-	16.187
Receita bruta	78.364	6.233	84.597
Impostos (PIS, COFINS, ISS)	(5.613)	372	(5.241)
Outras deduções da receita	(94)	(45)	(139)
Receita líquida	72.657	6.560	79.217
Custos	(50.612)	(13.543)	(64.155)
Resultado bruto	22.045	(6.983)	15.062
Despesas administrativas			(33.070)
Outras receitas operacionais			343
Resultado financeiro			(558)
Prejuízo líquido			(18.223)

Notas Explicativas



22. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

O cálculo do lucro (prejuízo) diluído por ação foi baseado no lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	30/06/2021	30/06/2020
Numerador		
Lucro (prejuízo) no trimestre atribuível às ações ordinárias em circulação	(915)	(357)
Denominador (em milhares de ações) básico		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	166.971	166.686
Lucro (prejuízo) líquido por ação básico no trimestre	(5,43)	(2,14)

23. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	Importância assegurada	
		30/06/2021	31/12/2020
Imobilizado:			
Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (danomáximoprovável)	Riscos diversos	116.414	116.414
Veículos	Casco, Terceiros, Responsabilidade Civil	Valores de Mercado	Valores de Mercado

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes

Notas Explicativas



no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Instrumentos financeiros por categoria

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 estão identificados a seguir:

	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos			
Bens numerário e conta movimento	940	-	940
Aplicações financeiras	-	2.552	2.552
Contas a receber e clientes	26.779	-	26.779
Impostos a recuperar	17.016	-	17.016
Outras contas a receber	1.071	-	1.071
	45.806	2.552	48.358
Passivos			
Fornecedores	13.048	-	13.048
Obrigações trabalhistas	7.681	-	7.681
Obrigações tributárias	142.588	-	142.588
Empresas municipais	1.403	-	1.403
	164.720	-	164.720

b) Derivativos

A Companhia não possui opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos".

25. PARTES RELACIONADAS

O volume de transações com as partes relacionadas (Prefeitura e suas Secretarias e empresas da administração indireta) representou, em 30/06/2021, 98% da receita total, comparado a 93%, no mesmo período, em 2020.

As transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura do Município de São Paulo, devido às características dos serviços, sem cobrança de ingressos, são feitas em condições exclusivas, e levam em consideração os custos, taxa de administração, na média 15%, e impostos. No caso de atividades relacionadas à pandemia, a taxa de administração foi em média 5%. Não houve ocorrência de interessados do setor privado para a contratação de serviços com características semelhantes aos que são prestados para a Prefeitura.

Com relação às locações das áreas do complexo para partes relacionadas, não constam registros para o segundo trimestre de 2021 e 2020. São praticados descontos que variam de 25% a 50%, enquanto para o setor privado é praticado de 10 a 25%.

Notas Explicativas

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativos		
Contas a receber (Prefeitura do Município de São Paulo)	26.635	17.128
	26.635	17.128
Passivos		
Curto prazo		
PMSP Eventos a realizar	4.436	21.061
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	4.745	4.692
SPTRANS	347	341
	9.528	26.094
Longo prazo		
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	61.283	62.955
SPTRANS	983	1.136
	62.266	64.091

Receitas com prestações serviços por Contrato – Secretarias

Nº CONTRATO – SECRETARIA	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
013/2021 - SEME (CAR. ACEL. PARA CRISTO C. BOLSONARO)	50	-
007/2021 - SIURB (SKATE)	839	-
024/2021 - SMS (EVENTOS DIVERSOS)	3.307	-
003/2021 - SMUL (PLANO DIRETOR)	251	-
014/2021 - SVMA (AÇÕES COMBATE PANDEMIA PQ)	1.535	-
015/2020 - SMTUR (EVENTOS DIVERSOS)		4.796
019/2020 - SMTUR (CARNAVAL 2021 - APOIO)	228	-
020/2020 - SMTUR (REVEILLON SP 2021)	406	-
021/2020 - SMTUR (EVENTOS DIVERSOS)	23.414	-
022/2020 - SMTUR (NATAL SP ILUM TRIANGULO)	136	-
PREFEITURA – OUTROS	37	-
068/2019 - SMC-G (CARNAVAL DE RUA 2020)	721	20.649
012/2019 - SMTUR (PLATUM)	-	30
017/2019 - SMTUR (EVENTOS DIVERSOS) - 2019/2020)	-	3.523
021/2019 - SMTUR (CARNAVAL REPASSE)	-	171
022/2019 - SMTUR (CARNAVAL REPASSE)	-	931
024/2019 - SMTUR (AUTODROMO)	-	862
025/2019 - SMTUR (EVENTOS DIVERSOS)	-	22.122
026/2019 - SMTUR (NATAL ILUMINADO 2019)	-	14
027/2019 - SMTUR (REVEILLON 2020)	-	2.996
030/2019 - SMTUR (INFRA CARNAVAL 20)	-	5.449
054/2014 - SMS (EVENTOS DIVERSOS)	-	634
TOTAL	30.924	62.177
SUBVENÇÕES MUNICIPAIS	37.376	16.187

Notas Explicativas



Custos com prestações de serviços para partes relacionadas – Prefeitura do Município de São Paulo

Os custos mais relevantes de prestação de serviços à Prefeitura, no montante de R\$ 43.925 mil, no primeiro semestre de 2021, concentraram-se em quatro fornecedores, com cerca de 82% do total dos custos. Os itens mais relevantes foram apoio operacional (46%) utilizado nos eventos "Reabertura de Parques Públicos", segurança (12%) e infraestrutura (24%) nos eventos "Ações Vidas no Centro".

26. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os integrantes do Conselho de Administração recebem uma remuneração mensal fixada na Assembleia Geral, assim como os integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal. Os diretores estatutários recebem um salário mensal estabelecido em Assembleia Geral e não recebem outros benefícios.

Não houve alteração das remunerações, tendo sido fixadas as dos Conselhos de Administração e Fiscal em Assembleia Geral Extraordinária de 16/03/2007, as do Comitê de Auditoria Estatutário em Assembleia Geral Extraordinária de 29/06/2018, e as dos Diretores em Assembleia Geral Extraordinária de 02/09/2016.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia no segundo trimestre de 2021 foi de R\$ 539, e no segundo trimestre de 2020 foi de R\$ 429. Como pessoal-chave entende-se os membros da Diretoria Executiva, os membros dos Conselhos de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho Fiscal.

27. CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA

De acordo com a deliberação CVM nº 496 de 03/01/2006, que aprova o pronunciamento do IBRACON NPC nº 27, em seus itens 23 e 24, as Demonstrações Contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 26/07/2021 foi publicado "Fato Relevante" acerca do recebimento do Ofício GABSF nº 240/2021, que comunicou a existência de estudos do acionista controlador para possível realização de Oferta Pública de Aquisição de Ações ("OPA"), visando o cancelamento de registro de companhia aberta.

Ressaltamos que, neste momento, a decisão de realização da referida OPA ainda não está tomada no âmbito da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), sendo prevista a contratação futura de assessores financeiros pela PMSP, em linha com o exigido pela Instrução CVM 361, para fins de auxílio na tomada de decisão final e eventual implementação da OPA, se for o caso.

Notas Explicativas



Em 06/08/2021 foi divulgado “Fato Relevante” acerca da destituição do Presidente da Companhia, sendo o cargo assumido interinamente pelo Diretor de Gestão e de Relações com Investidores.

Em 11/08/2021, em Reunião do Conselho de Administração, foi eleito o novo Presidente Companhia, Sr. Ivan Teixeira da Costa Budinski.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
São Paulo Turismo S/A
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da SÃO PAULO TURISMO S/A (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao período findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, para o período de três e seis meses, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Incerteza relevante quanto a continuidade operacional dos negócios

A Companhia incorreu em prejuízo líquido na ordem de R\$ 46.518 relativo ao período findo em 30 de junho de 2021. Apresenta prejuízos acumulados de R\$ 404.815 e, naquela data, o patrimônio líquido encontrava-se negativo em R\$42.757, o passivo circulante da Companhia excedia o total do ativo circulante em R\$ 71.820, apresentando insuficiência para as obrigações de curto prazo. Aliado a isso, conforme apresentado na nota explicativa nº 1 às informações financeiras intermediárias, a Companhia vem sendo incluída, desde 2019, nas leis orçamentárias anuais da Prefeitura do Município de São Paulo e, desta forma, deverá se enquadrar nos limites de gastos estipulados na Lei Orçamentária Anual nº 17.544/2020 (LOA). Cabe ainda mencionar que esses eventos, com a aprovação e publicação da Lei Municipal nº 17.433, de 29 de julho de 2020, que dispõe sobre a autorização para a dissolução, liquidação e extinção da São Paulo Turismo S/A (não tendo caráter auto executório, tampouco obrigatório), juntamente com outros assuntos apresentados ao longo deste relatório, indicam significativas incertezas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Até 30 de junho de 2021, não há qualquer evidência, por parte da acionista controladora da SPTURIS, a Prefeitura Municipal de São Paulo, de autorização para início de eventual procedimento para dissolução, liquidação e extinção desta Companhia. No que se refere ao desempenho operacional da Companhia, chamamos a atenção às notas explicativas nº 5 e 25, que demonstram que as transações com partes relacionadas representam parte significativa das operações de serviços da SPTURIS. No período findo em 30 de junho de 2021, a acionista foi responsável por 98% da receita total auferida e mantém recebíveis de R\$ 26.635 (R\$ 18.962 vencidos), destes, R\$ 5.012 foram recebidos em julho de 2021. Portanto, as informações financeiras intermediárias devem ser lidas nesse contexto.

Os ativos e passivos da São Paulo Turismo S/A, divulgados nestas informações financeiras intermediárias, foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios, que por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo seus compromissos, bem como na obtenção dos recursos financeiros necessários, seja de seus acionistas ou de terceiros. Nossa conclusão não contém modificação em virtude desse assunto.

Concessão Onerosa

Conforme divulgado pela Companhia em Nota Explicativa nº 1.3 às informações financeiras intermediárias, a São Paulo Turismo S/A publicou em 14/01/2021 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, a homologação do procedimento licitatório promovido pela CONCORRÊNCIA nº 001/20 e adjudicado o objeto da licitação à empresa GL EVENTS BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA., de acordo

com a proposta vencedora, que tem, a título de OUTORGA FIXA, o valor de pagamento de R\$ 53.740, tendo sido autorizada a contratação para uso do COMPLEXO ANHEMBI para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração pelo prazo de 30 anos.

Até 30/06/2021, a empresa vencedora da licitação, a GL EVENTS BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA, já realizou depósitos no valor de R\$ 17.913 a título de adiantamento, 4/12 do valor da OUTORGA FIXA de R\$ 53.740. Outro elemento do preço da Concessão, a outorga variável, tem como base a aferição do percentual de 12,5% sobre a receita da Concessionária, ou um valor mínimo anual de R\$10.000.

Em 27 de maio de 2021 a Companhia publicou Fato Relevante referente à Concorrência Internacional nº 001/20 em que o Poder Concedente (São Paulo Turismo S.A.), a Concessionária (SPE GI Events Centro de Convenções Anhembi S.A.) e Interveniente-Anuente (Município de São Paulo), assinaram o contrato CCN/GCO nº 014/2021. Considerando que a vigência de concessão tem seu início apenas a partir da emissão da Ordem de Início, ainda não emitida, os efeitos advindos da futura combinação de negócio ainda não foram analisados e não estão refletidos no balanço da Companhia na data base de 30 de junho de 2021. Nossa conclusão não contém modificação em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado.

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as informações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa revisão sobre as informações financeiras intermediárias não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a revisão das informações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as informações financeiras intermediárias, ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Blumenau (SC), 10 de agosto de 2021.

Berkan Auditores Independentes S.S.
CRC SC-009075/O-7

Bradley Ricardo Moretti
Contador CRC SC-023618/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

SÃO PAULO TURISMO S.A.
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60
NIRE 35300015967

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: 12 de agosto de 2021, às 15:00h, de forma virtual em razão do estado de emergência causado pelo COVID-19, via Microsoft Teams.

PRESENCAS: Presentes os membros titulares do Conselho Fiscal, Srs. Thiago Demétrio Souza, Jesus Pacheco Simões, Eduardo José de Souza e Emerson Onofre Pereira.

Presentes, ainda, Sr. Rodrigo Kluska Rosa – Diretor de Gestão e de Relação com Investidores, Sr. João Paulo Aluizio – Gerente de Controladoria e Sr. Marcelo Simões Quintero – Coordenador.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião do Conselho Fiscal por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Os Conselheiros Fiscais e a Secretária, Ana Paula Silva.

ORDEM DO DIA: Deliberação quanto às Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2021.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

Com relação ao item único da Ordem do Dia, tendo como base os documentos apresentados para a apreciação do trimestre findo em 30 de junho de 2021, que foram diligentemente analisados, bem como diante do Relatório da Berkan Auditores Independentes emitido.

Assim, o Conselho Fiscal, pela unanimidade de votos dos presentes, emitiu parecer favorável à aprovação das Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, pelo que assinaram referido Parecer do Conselho Fiscal, o qual é parte integrante desta ata.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 12 de agosto de 2021.

Conselheiros:

THIAGO DEMÉTRIO SOUZA - Conselheiro
JESUS PACHECO SIMÕES - Conselheiro
EDUARDO JOSÉ DE SOUZA - Conselheiro
EMERSON ONOFRE PEREIRA - Conselheiro
ANA PAULA SILVA - Secretária

(esta página de assinaturas é parte integrante da Ata de Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal realizada em 12 de agosto de 2021)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da SÃO PAULO TURISMO S/A, em reunião, examinaram as demonstrações contábeis intermediárias da SÃO PAULO TURISMO S/A, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, com base nos acompanhamentos realizados, e à vista do relatório dos auditores da Berkan Auditores Independentes S/S, datado de 10/08/2021, são de parecer que os referidos documentos refletem a situação econômica e financeira da Companhia em 30 de junho de 2021.

São Paulo, 12 de agosto de 2021

THIAGO DEMÉTRIO SOUZA

JESUS PACHECO SIMÕES

EDUARDO JOSÉ DE SOUZA

EMERSON ONOFRE PEREIRA

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

SÃO PAULO TURISMO S.A.
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60
NIRE 35300015967

ATA DA 12ª REUNIÃO - 2021 - DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: 10 de agosto de 2021, às 17:00h, por videoconferência, via Microsoft Teams.

PRESENCAS: Presentes os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, Sr. Sérgio Tuffy Sayeg – Presidente e Sr. Dorival Alcalde – Membro.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. Sérgio Tuffy Sayeg, e a Secretária, Sra. Ana Paula Silva.

ORDEM DO DIA: Tomar conhecimento das Informações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e manifestação ao Conselho de Administração.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

O Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário, Sr. Sérgio Tuffy Sayeg, deu boas-vindas aos membros do CAE.

Em continuidade aos trabalhos desenvolvidos e registrados nas atas da 10ª Reunião e 11ª Reunião - 2021 do Comitê de Auditoria Estatutário, realizadas, respectivamente, em 30 de julho e 06 de agosto de 2021, os membros tomaram conhecimento da versão final do Relatório da Administração e das Informações Financeiras Intermediárias da Companhia em 30 de junho de 2021 e respectivas notas explicativas, aprovados pela Diretoria Executiva em reunião realizada em 10 de agosto de 2021, e do Relatório da Revisão Especial, com parágrafos de ênfase e sem ressalva, da Berkan Auditores Independentes S.S., emitido também nesta data.

Após análise desses documentos, observados registros dos membros do CAE nas atas das reuniões anteriores acima citadas, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário recomendam sua aprovação pelo Conselho de Administração.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, para ser assinada e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 10 de agosto de 2021.

Membros do Comitê de Auditoria Estatutário:

SÉRGIO TUFFY SAYEG
Presidente

DORIVAL ALCALDE
Membro

ANA PAULA SILVA
Secretária de Governança Corporativa

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

SÃO PAULO TURISMO S.A.
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60
NIRE 35300015967

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA
REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: 10 de agosto de 2021, às 10:00h, na sede da Companhia.

PRESENCAS: Presentes os membros da Diretoria Executiva, Sr. Rodrigo Kluska Rosa – Diretor de Gestão e de Relação com Investidores, respondendo também interinamente como Diretor Presidente, Sr. Daniel Glaessel Ramalho – Diretor Jurídico e de Conformidade, Sra. Fernanda Ascar de Albuquerque Abranches Oda – Gerente de Turismo, respondendo interinamente pela Diretoria de Turismo (Ato DPR nº 008/2021), Sr. Raymundo Pedro Gonçalves Filho – Diretor de Representação dos Empregados, Sr. Sandro Augusto Cuoghi – Diretor de Negócios e Thiago Antunes Cavalca Reis Lobo – Diretor de Clientes e Eventos.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião da Diretoria Executiva por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. Rodrigo Kluska Rosa. Secretária, Ana Paula Silva.

ORDEM DO DIA: (i) Deliberação quanto as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2021.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

O Diretor Presidente interino, Sr. Rodrigo Kluska Rosa, saudou os presentes e agradeceu a presença dos demais Diretores para discussão acerca do item da Ordem do Dia da presente reunião.

Com relação ao item (i) da Ordem do Dia, tendo analisado as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, a Diretoria Executiva da Companhia, por unanimidade dos votos dos presentes, declara que:

(i) Reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao primeiro trimestre de 2021, findo em 30 de junho de 2021, pelo que assinaram, nos termos dos incisos V e VI, do artigo 25, da ICVM nº 480/09, a “Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras”.

(ii) Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório da Berkan Auditores Independentes S.S., datado de 10/08/2021, acerca das Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao segundo trimestre de 2021, pelo que assinam, na presente data, e nos termos dos incisos V e VI, do artigo 25, da ICVM nº 480/09, a “Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes”.

Não obstante, o Diretor de Representação dos Empregados (“DRE”) solicitou ainda que constasse suas observações quanto:

- a) Não constar nas folhas 36 e 37 do Relatório Auditoria Independente citação sobre o processo do Tribunal de Contas do Município TC 9656/2020, que trata do processo de Concessão do Complexo Anhembi, haja vista que este órgão pode solicitar alguma adequação ou suspensão do processo de Concessão por conta das matrículas que estão desatualizadas, ou por outro motivo assim que entender; e
- b) Não constar nas matrículas edificações tais como: Pavilhão de Exposições; Sede Administrativa, Palácio de Convenções e Sambódromo.

Com relação ao item (a) do questionamento, foi esclarecido que as demonstrações são sobre o 1º trimestre de 2021 e, neste período, não houve qualquer movimentação do Tribunal de Contas nesse sentido, muito pelo contrário, nos dois expedientes que se tem conhecimento hoje (representação formulada pelo atual representante dos empregados – processos sei 7210.2021/0000306-0 e 7210.2020/0000890-7 - e auditoria do citado órgão) as únicas manifestações daquele órgão foram favoráveis ao andamento do processo de concessão.

Para melhor elucidação, foi lembrado que nos autos o TC 8474/2020 (que cuida da análise do EDITAL do certame) foi exarado despacho no dia 15/12/2020, sendo publicado no Diário oficial da Cidade no dia 16/12/2020 - página 133, no sentido de que os apontamentos feitos pela Auditoria não ensejavam a necessidade de suspensão do certame pois estavam devidamente justificados e afastados pelos esclarecimentos apresentados pela Origem.

No tocante ao item (b), foi pontuado que já foram feitos esclarecimentos ao TCM sobre as matrículas e considerou-se a questão sanada, dado o pronunciamento anterior da Corte de Contas e demais esclarecimentos os constantes do processo sei nº 7210.2021/0000306-0 (doc. Sei 038692910).

Por fim, e diante de todo o exposto acima, as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2021 serão, ainda, objeto de análise pelos Conselhos de Administração e Fiscal, em reuniões a serem realizadas ainda nesta semana.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 10 de agosto de 2021

RODRIGO KLUSKA ROSA
Diretor de Gestão e de Relação com Investidores, e respondendo interinamente como Diretor Presidente

DANIEL GLAESSEL RAMALHO
Diretor Jurídico e de Conformidade

FERNANDA ASCAR DE ALBUQUERQUE ABRANCHES ODA
Diretora de Turismo interina

SANDRO AUGUSTO CUOGHI
Diretor de Infraestrutura

RAYMUNDO PEDRO GONÇALVES FILHO
Diretor de Representação dos Empregados

THIAGO ANTUNES CAVALCA REIS LOBO
Diretor de Clientes e Eventos

ANA PAULA SILVA
Secretária de Governança Corporativa

(esta página de assinaturas é parte integrante da ata da Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva da SPTURIS realizada em 10 de agosto de 2021)

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

SÃO PAULO TURISMO S.A.
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60
NIRE 35300015967

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA
REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: 10 de agosto de 2021, às 10:00h, na sede da Companhia.

PRESENCAS: Presentes os membros da Diretoria Executiva, Sr. Rodrigo Kluska Rosa – Diretor de Gestão e de Relação com Investidores, respondendo também interinamente como Diretor Presidente, Sr. Daniel Glaessel Ramalho – Diretor Jurídico e de Conformidade, Sra. Fernanda Ascar de Albuquerque Abranches Oda – Gerente de Turismo, respondendo interinamente pela Diretoria de Turismo (Ato DPR nº 008/2021), Sr. Raymundo Pedro Gonçalves Filho – Diretor de Representação dos Empregados, Sr. Sandro Augusto Cuoghi – Diretor de Negócios e Thiago Antunes Cavalca Reis Lobo – Diretor de Clientes e Eventos.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião da Diretoria Executiva por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. Rodrigo Kluska Rosa. Secretária, Ana Paula Silva.

ORDEM DO DIA: (i) Deliberação quanto as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2021.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

O Diretor Presidente interino, Sr. Rodrigo Kluska Rosa, saudou os presentes e agradeceu a presença dos demais Diretores para discussão acerca do item da Ordem do Dia da presente reunião.

Com relação ao item (i) da Ordem do Dia, tendo analisado as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, a Diretoria Executiva da Companhia, por unanimidade dos votos dos presentes, declara que:

(i) Reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao primeiro trimestre de 2021, findo em 30 de junho de 2021, pelo que assinaram, nos termos dos incisos V e VI, do artigo 25, da ICVM nº 480/09, a “Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras”.

(ii) Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório da Berkan Auditores Independentes S.S., datado de 10/08/2021, acerca das Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao segundo trimestre de 2021, pelo que assinam, na presente data, e nos termos dos incisos V e VI, do artigo 25, da ICVM nº 480/09, a “Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes”.

Não obstante, o Diretor de Representação dos Empregados (“DRE”) solicitou ainda que constasse suas observações quanto:

- a) Não constar nas folhas 36 e 37 do Relatório Auditoria Independente citação sobre o processo do Tribunal de Contas do Município TC 9656/2020, que trata do processo de Concessão do Complexo Anhembi, haja vista que este órgão pode solicitar alguma adequação ou suspensão do processo de Concessão por conta das matrículas que estão desatualizadas, ou por outro motivo assim que entender; e
- b) Não constar nas matrículas edificações tais como: Pavilhão de Exposições; Sede Administrativa, Palácio de Convenções e Sambódromo.

Com relação ao item (a) do questionamento, foi esclarecido que as demonstrações são sobre o 1º trimestre de 2021 e, neste período, não houve qualquer movimentação do Tribunal de Contas nesse sentido, muito pelo contrário, nos dois expedientes que se tem conhecimento hoje (representação formulada pelo atual representante dos empregados – processos sei 7210.2021/0000306-0 e 7210.2020/0000890-7 - e auditoria do citado órgão) as únicas manifestações daquele órgão foram favoráveis ao andamento do processo de concessão.

Para melhor elucidação, foi lembrado que nos autos o TC 8474/2020 (que cuida da análise do EDITAL do certame) foi exarado despacho no dia 15/12/2020, sendo publicado no Diário oficial da Cidade no dia 16/12/2020 - página 133, no sentido de que os apontamentos feitos pela Auditoria não ensejavam a necessidade de suspensão do certame pois estavam devidamente justificados e afastados pelos esclarecimentos apresentados pela Origem.

No tocante ao item (b), foi pontuado que já foram feitos esclarecimentos ao TCM sobre as matrículas e considerou-se a questão sanada, dado o pronunciamento anterior da Corte de Contas e demais esclarecimentos os constantes do processo sei nº 7210.2021/0000306-0 (doc. Sei 038692910).

Por fim, e diante de todo o exposto acima, as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2021 serão, ainda, objeto de análise pelos Conselhos de Administração e Fiscal, em reuniões a serem realizadas ainda nesta semana.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 10 de agosto de 2021

RODRIGO KLUSKA ROSA
Diretor de Gestão e de Relação com Investidores, e respondendo interinamente como Diretor Presidente

DANIEL GLAESSEL RAMALHO
Diretor Jurídico e de Conformidade

FERNANDA ASCAR DE ALBUQUERQUE ABRANCHES ODA
Diretora de Turismo interina

SANDRO AUGUSTO CUOGHI
Diretor de Infraestrutura

RAYMUNDO PEDRO GONÇALVES FILHO
Diretor de Representação dos Empregados

THIAGO ANTUNES CAVALCA REIS LOBO
Diretor de Clientes e Eventos

ANA PAULA SILVA
Secretária de Governança Corporativa

(esta página de assinaturas é parte integrante da ata da Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva da SPTURIS realizada em 10 de agosto de 2021)